

REQUERIMENTO

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo – Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas

No ano de 1997 o Partido Socialista comprometeu-se com a construção de uma nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

No entanto, só passados doze anos é que a obra arrancou, tendo os trabalhos começado no mês de Julho de 2009, com uma previsão de custos de cerca de 13 Milhões de Euros.

Já muito se debateu acerca da desadequação da localização escolhida para a nova Biblioteca. Do mesmo modo, também já estão mais do que escarpelizadas as questões relativas ao projecto e ao impacto de uma obra com aquela volumetria e estética na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, cidade Património Mundial.

O que não ficou convenientemente debatido, esclarecido e tornado público foram as questões que estiveram por detrás do processo que levou a que esta obra tivesse sofrido inúmeros contratempos, problemas paragens e sucessivas “derrapagens” nos custos.

Na obra de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, o Governo Regional autorizou trabalhos a mais num valor total que ascendeu a mais 15% de acréscimo ao valor inicial orçamentado. Estamos a falar em 5 adicionais aos custos, todos eles devidos a alterações e reformulações do projecto inicial, significando um aumento da despesa de 1,7 Milhões de Euros.

Nunca ninguém esclareceu ou assumiu a responsabilidade pelas circunstâncias que levaram a que uma obra pública pudesse derrapar 5 vezes, gastar mais 1,7 Milhões de Euros do que os 13 Milhões inicialmente previstos e, ainda assim não ficar concluída em nenhum dos prazos anunciados.

Sucederam-se os acontecimentos inexplicáveis de que são exemplos a colocação de homens e máquinas a trabalhar na obra, durante uma conferência de imprensa dos deputados do PSD, junto à Biblioteca, para deliberadamente esconder que as obras na realidade estavam paradas; a insolvência do empreiteiro depois de sucessivas paragens na obra; ou a contratação de uma empresa para a fiscalização de uma obra que se encontrava parada.

Como se tudo isto não bastasse, no dia 2 de Agosto de 2012, foi publicado no Portal dos Concursos Públicos um novo Ajuste Directo, no valor de 59 mil

euros, para a prestação de um serviço de “consultoria técnica no âmbito do relançamento da empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo”.

A contratação deste serviço por Ajuste Directo não fez sentido, uma vez que a Direcção Regional da Cultura poderia ter recorrido aos seus próprios quadros técnicos, onde se incluem Engenheiros Civis, Arquitectos e Juristas, perfeitamente habilitados para a tarefa em questão, tal como para inúmeras outras, em tudo idênticas, que realizam no decurso das suas competências ao serviço da Região.

Foram sucessivas as situações que se afiguraram como inexplicáveis esbanjamentos de dinheiros públicos.

A 26 de Março de 2013, o Governo Regional adjudicou a uma empresa do exterior da Região, pelo valor de 4,4 milhões de euros e por um prazo de seis meses a “Empreitada de Conclusão da Nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo”. Nem assim a obra arrancou.

Pelo facto de a utilização de dinheiros públicos merecer uma gestão que obedeça aos princípios fundamentais do rigor e da transparência, o Tribunal de Contas realizou uma auditoria às contas daquela obra, tendo emitido um Relatório cujo conteúdo nunca foi divulgado.

No dia 27 de Abril do corrente ano, arrancaram finalmente as obras para conclusão da Biblioteca de Angra. A empreitada foi anunciada como tendo uma duração prevista de 8 meses.

O contrato para as obras de conclusão das novas instalações da Biblioteca Pública, agora num valor superior a cinco milhões de euros, foi visado na primeira quinzena de abril pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

Os Deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira congratulam-se por finalmente se terem iniciado as obras para acabar a nova Biblioteca.

Apesar de já nada apagar uma má decisão e uma pior execução, é essencial que desta vez as obras decorram sem problemas e a Biblioteca seja construída e inaugurada. Pior que um mau projecto é uma obra inacabada ou a eternização da ruína em que aquele espaço se foi transformando.

No entanto, e em nome da transparência e do rigor a que a boa governação está obrigada, no que a tudo o que ao dinheiro dos contribuintes diz respeito, bem como ao estrago que aquele edifício fez em Angra e aos irreparáveis transtornos que causou a todos os moradores daquela zona da cidade, é essencial que toda a verdade acerca dos acontecimentos que ali se verificaram venha a lume e salte para a esfera do conhecimento público.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam o seguinte:

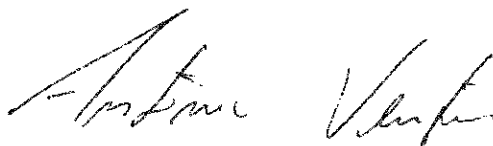
- 1- Que o Governo Regional dos Açores forneça aos deputados requerentes o Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas referente às ocorrências verificadas no decurso do processo da anterior fase de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Angra do Heroísmo, 4 de maio de 2015.

Os Deputados



Luís Rendeiro



António Ventura



Judite Parreira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1420 Proc. n.º 54.03.03
Data	015/05/11 N.º 406 X